



MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025 – EDITAL Nº 072/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO MÉDICO HOSPITALAR PARA AS UNIDADES COMPONENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DA CIDADE DE BIRIGUI, BASE DO TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

I – PRELIMINARMENTE

Trata-se de recurso administrativo interposto, **TEMPESTIVAMENTE**, pelas empresas **MEDEIROS COSTA LTDA (CNPJ Nº 52.112.686/0001-06)**, estabelecida na Avenida Hercílio Luz nº 381 Sala 02, Bairro Universitário, no município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP: 88200-000 e **URSA COMERCIAL LTDA (CNPJ Nº 26.628.908/0001-38)**, estabelecida na Rua Dr. Pedro Rangel nº 577 Sala 05, Bairro São João, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88304-430, doravante denominadas **RECORRENTES**, contra a classificação da empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ nº 32.593.430/0001-50)** nos itens nº 18, 19 e 26, a qual será denominada **RECORRIDA**.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite dos recursos administrativos, não havendo a apresentação de contrarrazões.

III – SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

A empresa **MEDEIROS COSTA LTDA** vem através de seus respectivos memoriais apresentar recurso administrativo quanto à classificação da **RECORRIDA** no **item nº 19**, uma vez que, segundo suas razões recursais, “[...] a Fabricante PROLIFE, só trabalha com cadeiras de rodas com capacidade de no máximo 130kg, sendo assim não atende o Edital e está sendo ofertado um produto com qualidade inferior.”



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Em sua peça recursal, a recorrente também demonstra por meio do portfólio que o produto ofertado pela recorrida possui capacidade de 130 kg. Por fim, solicita a desclassificação da recorrida.

Semelhantes alegações nos traz a empresa **URSA COMERCIAL LTDA** em seus memoriais, recorrendo do resultado dos **itens nº 18, 19 e 26**. Conforme informação apresentada, a marca ofertada pela recorrida é a PROLIFE MODELO “PLUS”, ocasião em que a recorrente indica que, em consulta junto às características técnicas da marca PROLIFE, verifica-se que nenhum modelo possui características que atendam às exigências mínimas do edital., segundo as informações trazidas no site da fabricante: <https://www.cadeirasprolife.com.br/produtos/10587/plus-macio>.

Informa que a cadeira de rodas da MARCA PROLIFE MODELO “PLUS” suporta até 130KGS e não os 150, 180 e 160kGS exigidos em edital, anexando o portfólio do produto, solicitando na sequência a desclassificação da recorrida.

Os demais licitantes, por sua vez, foram cientificados na plataforma BLL e também via e-mail da existência de recurso administrativo, não havendo a apresentação de memoriais com contrarrazões.

A Secretaria Municipal de Saúde foi cientificada da existência de recurso administrativo, por meio do Ofício nº 1409/2025 ENLG, em 29/07/2025, todavia, até a presente data, a mesma manteve-se inerte.

Em diligência realizada pelo Pregoeiro junto à recorrida, a mesma confirmou que o produto de fato não atende ao descritivo, ocasião em que indicou o prosseguimento pela sua desclassificação.

É o relatório.

IV – DO MÉRITO

Os recursos serão conhecidos e julgados, uma vez que os mesmos foram protocolados tempestivamente e reúnem condições de sua admissibilidade, cujas as razões recursais **serão acolhidas**, pelos motivos a seguir expostos:

O Edital nos traz a seguinte informação em sua Cláusula 7.28:

7.28. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou com a legislação em vigor.

A Secretaria Municipal de Saúde inicialmente aprovou os documentos apresentados pela empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com relação aos itens nº 18, 19 e 26, conforme Ofício nº 366/2025 IMVN/SECSAUDE, subscrito pela Chefe da Divisão de Administração da Secretaria de Saúde, Sra. Miriã Gallindo, todavia, necessária se faz a revisão do ato.

O edital, em sua Cláusula 9.21.1 alínea "c", requisita:

9.21.1. Ao ser declarada provisoriamente habilitada para as documentações elencadas na Cláusula



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

9.2. e seus subitens, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar na Secretaria Municipal de Saúde ou anexar na plataforma, em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação do Pregoeiro, os seguintes documentos:

c) Ficha técnica dos produtos/materiais ofertados.

Conforme revisão aos documentos apresentados pela recorrida, verifica-se que a marca e modelo ofertado para os itens em questão é a PROLIFE MODELO PLUS. A ficha técnica apresentada pela mesma indica que a marca possui capacidade de até 130 kgs (em anexo), enquanto o edital solicita 150, 180 e 160 quilos, referente aos itens nº 18, 19 e 26, respectivamente.

A informação se confirma com aquelas disponibilizadas no site da fabricante, indicando que o produto suporta até 130 kg. Disponível em <<https://www.cadeirasprolife.com.br/produtos/10587/plus-macio/>>. Acesso em 12/08/2025.

Por fim, foi realizada diligência pelo Pregoeiro junto à recorrida, a qual confirmou que o produto de fato possui capacidade de até 130 quilos somente, indicando o prosseguimento por sua desclassificação.

O Art. 5º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nos traz os princípios a serem observados:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Verificou-se, portanto, que todos os requisitos que competem ao Pregoeiro foram cumpridos, bem como respeitados todos os princípios que norteiam as licitações em todos os atos praticados neste certame.

V – DA DECISÃO

Diante os fatos apresentados, decide-se pelo **CONHECIMENTO** dos recursos administrativos apresentados pelas recorrentes, e no mérito, pelo **PROVIMENTO** destes, procedendo-se com a desclassificação da empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** nos itens nº 18, 19 e 26 do certame.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, a Exma. Sra. Prefeita, para concordância, e após remeta-se à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos para publicação do resultado na Imprensa Oficial, Diário Oficial do Município e Jornal Local.

Birigui, aos quatorze do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Ênio Nicolau Linares Garcia

Pregoeiro Oficial

RATIFICO, nos termos do artigo 165, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos fundamentos apresentados neste julgamento de recurso administrativo.

Samanta Paula Albani Borini

Prefeita